



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

15/07/2013

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. DECISÕES.....	3 - 5
1.3. DESEMBARGADORES.....	6
1.4. SEM ASSUNTO.....	7
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	8
2.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	9 - 10

Estado Maior

Criação de cargos reforça ação do MP no Maranhão Política 3

Mais gás para o MP

A Assembleia Legislativa aprovou na semana passada um reforço na grade de cargos efetivos e comissionados do Ministério Público. Serão criados 21 cargos de promotor de Justiça de entrância final, cinco de entrância intermediária e três de entrância inicial; 29 cargos de assessor de Promotoria, oito de técnico ministerial (área administrativa) e seis vagas na área de execução de mandado.

Na mensagem encaminhada para a Assembleia Legislativa, a procuradora-geral de Justiça, Regina Rocha, justificou a criação de cargos assinalando que as Promotorias de Justiça "devem ter um apoio mínimo para o exercício de suas atividades", constituído por, pelo menos, um cargo de assessor de promotor de Justiça e, quando necessário, um cargo de técnico ministerial para a área administrativa e outro para a área de execução de mandado.

Pelo projeto aprovado, os três cargos de promotor de Justiça de entrância inicial destinam-se às Promotorias de São Pedro da Água Branca, Peritoró e Joselândia; os cinco de entrância intermediária destinam-se às Promotorias de Caxias e dois cargos para as Promotorias de Justiça de Imperatriz, e um cargo para a Promotoria de Justiça de Timon. Já os 21 cargos de promotor de entrância final serão assim distribuídos: dois cargos para as Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários; um cargo para a Promotoria de Justiça Itinerante e os outros 18 cargos para as Promotorias de Justiça de Capital, a serem aproveitados conforme resolução do Colégio de Procuradores, após a criação das vagas.

Para ilustrar: a Comarca de São Luís conta com 33 juízes auxiliares, para substituir eventualmente os juízes titulares de varas, colaborando também com os trabalhos nas unidades judiciárias julgadas convenientes pelo Tribunal de Justiça. A procuradora-geral de Justiça explica na mensagem que o cargo de promotor de Justiça Assistente equivale, no Ministério Público, ao de Juiz Auxiliar.

A criação de novos cargos de Promotor de Justiça vai aliviar a pressão das demandas, principalmente em São Luís. E após aprovação pela Assembleia, seguirá agora para a sanção da governadora Roseana Sarney (PMDB).

Tapa-buracos da Prefeitura pode ser investigada pelo MP

Política 2

Vereador pede ao MP investigação da operação tapa-buracos em São Luís

Fábio Câmara afirma que serviços realizados agora alcançam alguns trechos que haviam sido recuperados em maio, quando já haviam sido gastos R\$ 4,5 milhões

Ronaldo Rocha
Da Editoria de Política

O líder da oposição na Câmara Municipal de São Luís, vereador Fábio Câmara (PMDB), afirmou que provocará o Ministério Público para que haja investigação nos contratos da operação tapa-buracos, realizada pela Prefeitura da capital. De acordo com o parlamentar, há denúncias de que a segunda etapa da operação está sendo realizada em alguns trechos que já haviam sido alvo das ações de recapeamento em abril e maio deste ano, período o qual o próprio vereador denunciou contratos com dispensa de licitação da ordem de R\$ 4,5 milhões para esse tipo de serviço. Na ocasião, os contratos foram alvo de representação do vereador no Tribunal de Contas do Estado (TCE). Fábio disse que, se ficarem comprovados atos de improbidade, ele entrará com representação contra o prefeito Edivaldo Holanda Júnior (PTC) no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ).

De acordo com o peemedebista, as denúncias que envolvem a tapa-buracos precisam ser apuradas com isenção e responsabilidade. "Essa é uma denúncia gravíssima. E é exatamente o grau de gravidade que a mesma precisa ser apurada com toda profundidade e responsabilidade requeridas, porque, uma vez devidamente confirmada, caracterizará crime de improbidade administra-

tiva. Nesse caso específico, a improbidade estará caracterizada com destaque inegável, pela quebra do princípio constitucional da eficiência", disse.

O vereador questiona o fato de a nova etapa do programa de recapeamento do Município, supostamente alcançar, em menos de três meses, ruas e avenidas que já haviam sido recuperadas anteriormente. "A minha primeira providência será requerer o mapa operacional de todas as ações já realizadas até hoje referentes a essa operação. Será mediante as informações constantes nesse mapa que poderei constatar os locais já beneficiados. O segundo passo será ir a cada local mencionado para documentar a qualidade dos serviços, balizar para aferir o tempo decorrido desde a realização da obra, tomar depoimentos de moradores e transeuntes e estimar os gastos. Mais do que levar o tema de volta à tribuna da Câmara de Vereadores, vamos a campo ver de perto a realidade", afirmou.

Segundo as informações obtidas pelo parlamentar, a segunda etapa do programa alcança a Avenida Aririzal, que havia sido recuperada em maio, a Rua Coronel Eurípedes Bezerra - também recuperada no início do ano - alguns trechos da Avenida São Luís Rei de França e outras vias da Cohab e Cohatrac. Ele informou, no entanto, que ainda irá *in loco* apurar as denúncias.

Liminar - Fábio Câmara ainda aguarda o julgamento do mérito

de uma ação impetrada no Tribunal de Contas do Estado (TCE), que solicita a anulação de cinco contratos firmados entre a Prefeitura - com dispensa de licitação - com empresas que realizam a "locação de equipamentos pesados, que subsidiam a execução dos serviços de reconstrução e recomposição do pavimento asfáltico denominada Operação Tapa-Buracos".

Os contratos somavam R\$ 4,5 milhões. Os recursos, segundo documentos do Diário Oficial do Município, são próprios da administração pública. Em todos os casos, o Município justificou as dispensas alegando a necessidade emergencial dos serviços, o que foi contestado pelo vereador na ação. "Quanto ao mérito do que denunciemos, nenhum parecer ou pronunciamento definitivo nos foi dado. Apenas foi negado o provimento ao pedido de tutela antecipada, por entender o magistrado que o referido instituto requerido não se harmonizava com a situação em tela", disse.



Divulgação/Paulo Caruá



Ag. Assembleia

Fábio Câmara acionará Ministério Público para investigar tapa-buracos; Eduardo Braide cobra respostas

Prefeito não respondeu ao requerimento da AL

O prefeito Edivaldo Holanda Júnior (PTC) não havia respondido até a última sexta-feira à Assembleia Legislativa os questionamentos a respeito da implantação do sistema de bilhete único na capital. O pedido de informações, que antes de ser encaminhado ao Palácio La Ravardiére foi aprovado por unanimidade no Legislativo Estadual, tem como autor o deputado estadual Eduardo Braide (PMN).

"Até o momento não recebemos nada, ainda estamos aguardando o detalhamento do programa", disse o parlamentar a O Estado na sexta-feira.

Bilhete único foi uma das principais promessas de campanha do prefeito Edivaldo Holanda Júnior. Até o momento, no entanto, o Executivo Municipal pouco falou a respeito do assunto. Eduardo Braide quer saber se de fato há um projeto que trate da proposta apresentada no período de campanha eleitoral. E se houver, o parlamentar

quer obter os detalhes, principalmente a respeito da previsão para a implantação do sistema.

"Queremos saber se há e como está o planejamento de implantação do bilhete único. Os dados devem ser enviados para a Assembleia, mas a finalidade é informar a população de São Luís, principalmente sobre o início de vigência", disse no dia 2 deste mês, quando a solicitação foi enviada ao prefeito.

De acordo com o parlamentar, melhoria na mobilidade urbana é a principal pauta das reivindicações em todo o país, principalmente em São Luís, onde ocorreram protestos por cerca de três semanas.

"Foi um compromisso dele de campanha, e é por isso que queremos, de forma clara, mostrar para a população como está esse planejamento. Até onde tenho notícia, o programa sequer começou a ser implantado, o que nos preocupa num primeiro momento", considerou.

“ Não descarto entrar com ação no Tribunal de Justiça caso fique constatada a improbidade. As denúncias serão apuradas a fundo”

Fábio Câmara (PMDB)

- **Começa a fase** decisiva da corrida para a vaga de desembargador do Tribunal de Justiça.

MAGISTRADOS estaduais e federais de todo o País têm até o dia 31 para informar à Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) quantos e quais processos alvos da Meta 18 aguardam andamento há mais de 100 dias.

TEM MAIS: a meta prevê que sejam julgados até o fim deste ano todos os processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública que entraram na Justiça até dezembro de 2011.

Começa nesta semana o recesso no Parlamento

Começa na próxima quinta-feira o recesso parlamentar na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal de São Luís. Na pauta das duas Casas estão a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estadual e municipal. Com a apreciação da matéria, os Legislativos encerram o primeiro semestre deste ano com a pauta limpa.

Por acordo dos blocos parlamentares, a LDO deverá ser votada somente nesta segunda-feira, 15. Na última quinta-feira, o plenário da Assembleia Legislativa analisou e votou os projetos de lei que cria cargos em comissão e função gratificada do quadro pessoal do Poder Judiciário, o que reorganiza o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do Poder Judiciário e o que cria o núcleo permanente de métodos consensuais e soluções de conflitos, os centros judiciários de soluções de conflitos e cargos comissionados e funções gratificadas.

Os parlamentares também apreciaram o projeto de lei de autoria do MP que cria 29 vagas para promotor de Justiça e outra proposição que cria 43 cargos efetivos e comissionados no quadro técnico-administrativo do órgão. Tanto as matérias vindas do MP quanto as que vieram do TJ receberam parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em plenário.

Como as matérias, foram consideradas polêmicas e complexão, os líderes de blocos e partidos decidiram não colocar em pauta a análise da LDO do governo estadual. Segundo o acordo, somente nesta segunda-feira é que a proposição começa ser analisadas.

Além da LDO deverão entrar em pauta alguns vetos da governadora Roseana Sarney (PMDB) mais antigos. Ainda de acordo com Arnaldo Melo, não há ainda uma definição de quantos serão os vetos colocados para a apreciação do plenário.



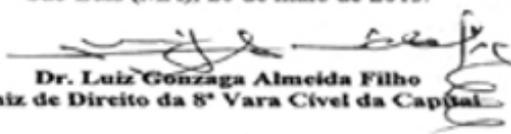
ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO LUÍS-MA.
End: Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau
Cep : 65076-820 - São Luís - Ma

**EDITAL DE CITAÇÃO
COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

DR. LUIZ GONZAGA ALMEIDA FILHO, JUIZ DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL, DA COMARCA DE SÃO LUÍS, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO, NA FORMA DA LEI, et coactera

F A Z S A B E R que, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, fica **CITADO** **CONSTROL EDIFICAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 11.392.005/0001-23, que se acha em lugar incerto e não sabido, para tomar ciência da **AÇÃO ORDINÁRIA** em tramitação nesta Secretaria da 8ª Vara Cível, Processo nº 28208-21.2012.8.10.0001, que lhe move **G 3 C BRINI UTILIDADES DOMESTICAS LTDA - MULTICOISAS**. Assim, por meio deste, poderá responder em 15 (quinze) dias a presente ação, sob as cominações legais, ficando advertido de que, caso não seja apresentada defesa, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, nos termos do art. 285, segunda parte, do CPC. Ficando o réu cientificado de que a inicial e os documentos que a instruem se encontram na Secretaria, à sua disposição, no Fórum "Desembargador Sarney Costa", na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau. E, em cumprimento da lei e para que não alegue ignorância, mandei expedir este edital, para ser publicado na forma determinada. Dado e passado nesta cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, nesta 8ª Secretaria Cível. Aos 20 de maio de 2013. Eu, Anna Carolina Pinheiro Vale,  Secretária Judicial, mandei digitar e assino, juntamente com o MM. Juiz de Direito.

São Luís (MA), 20 de maio de 2013.


Dr. Luiz Gonzaga Almeida Filho
Juiz de Direito da 8ª Vara Cível da Capital



**ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 50/2013
Processo n.º 32257/2013**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08, Resolução n.º 18/04- TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP Tipo MENOR PREÇO, por ITEM, para Aquisição leitores biométricos, no dia 06/08/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet - endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 12 de julho de 2013.
Kátia Araujo Gonçalves
Pregoeira TJ/MA